Câmara e Senado negociam texto único para MPs

Os presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), decidiram fazer uma parceria para apressar a votação da emenda constitucional que limita a edição de Medidas Provisórias. A idéia é trabalhar uma proposta conjunta, que atenda deputados e senadores, apesar de a emenda ter de passar por dois turnos de votação em cada Casa do Legislativo.

O primeiro passo foi dado ontem, em reunião dos líderes partidários da Câmara e Senado com o líder do Governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), e ACM. Na véspera, Temer procurara o presidente do Senado para informar sobre as restrições que a Comissão Especial da Câmara sobre as MPs acabara de aprovar.

“Tentamos suspender a votação para ganhar tempo, buscando logo uma redação comum a deputados e senadores, mas a comissão especial não aceitou”, disse o relator da emenda, deputado Aloysio Nunes Ferreira (PMDB-SP). “Mesmo assim, o entendimento ainda é possível”, completou, ao lembrar que proposta semelhante tramita no Senado, onde o relatório de José Fogaça (PMDB-RS) não chegou a ser votado.

Atualmente o presidente Fernando Henrique Cardoso pode reeditar uma MP quantas vezes julgar necessário, mas os deputados da comissão decidiram limitar seu poder a uma reedição. A MP que criou o Real foi votada, mas outras complementares que tratam de extinção de órgãos, por exemplo, estão na 21ª reedição. Para forçar o Congresso a apreciar as propostas, a comissão especial determinou a paralisação dos trabalhos da Câmara e Senado a partir do 50º dia depois de editada a medida provisória.